

**LEI Nº. 529, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008**

Dispõe sobre a fixação do subsídio dos Vereadores do Município de Anchieta, para a legislatura 2009/2012 e dá outras providências.

**A Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona a seguinte LEI:**

**Art. 1º.** O subsídio dos Vereadores do Município de Anchieta para legislatura 2009/2012, é fixado em parcela única, corresponde a 30% (trinta por cento) do que percebe os Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo.

**Art. 2º.** O subsídio do Vereador devido a partir de sua posse, será pago mensalmente, é fixado em R\$ 3.715,00 (três mil, setecentos e quinze reais).

**§ 1º.** Fica concedido um 13º subsídio aos Vereadores, que será pago no mês de dezembro de cada ano, em valor idêntico ao subsídio mensal.

**§ 2º.** Caso ocorra aumento no valor do subsídio dos Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo, o subsídio dos Vereadores será reajustado automaticamente, nos termos dos limites da Constituição Federal.

**Art. 2º.** Ao Presidente da Câmara, em razão das atribuições que lhes são conferidas, serão pagas mensalmente verba indenizatória no valor de um subsídio mensal, que hoje corresponde a R\$ 3.715,00 (três mil, setecentos e quinze reais), em função do cargo destacado, que ocupa na Mesa Diretora.

**Art. 3º.** O Vereador que não comparecer efetivamente à sessão ou comparecer e não participar da votação, deixará de receber o valor correspondente a 10% (dez por cento) de seus subsídios, salvo por motivo devidamente justificado com base no que determina o Regimento Interno da Câmara Municipal.

**§ 1º.** O desconto neste artigo não incidirá nos subsídios dos Vereadores presentes à sessão não realizada, por falta de quorum, por ausência de matéria a ser votada ou durante o recesso parlamentar.

**§ 2º.** No caso de licenciamento conforme inciso I, artigo 2º da Lei Orgânica Municipal, por motivo de doença devidamente comprovada ou a licença gestante, por atestado médico, bem como o previsto no inciso II, do mesmo diploma legal, o (a) Vereador (a) receberá seus subsídios integrais.

**Art. 4º.** O reajuste dos subsídios fixados através desta Lei, somente serão reajustados de acordo com a revisão anual na mesma data, com base no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, sempre na mesma data e sem distinção de índice aplicado aos servidores.

**Art. 5º.** A convocação extraordinária, durante o período de recesso regularmente convocadas, dará direito ao recebimento de R\$ 928,75 (novecentos e vinte oito reais e setenta e cinco centavos), por convocação.

**§ 1º.** Em nenhuma hipótese será remunerada mais de uma sessão por dia, qualquer que seja a sua natureza.

**§ 2º.** Na sessão Legislativa extraordinária, a Câmara de Vereadores somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de qualquer parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.

**§ 3º.** Considerando o caráter indenizatório do pagamento, somente poderão perceber pela participação durante a convocação extraordinária no recesso, os Vereadores que



participarem efetivamente das sessões, não sendo possível o pagamento, mesmo com a apresentação de atestado médico, justificação de ausência, para fins de receber a parcela indenizatória.

**Art. 6º.** Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a proceder limitações ou redução no valor dos subsídios fixados no artigo 1º, sempre que o total das despesas com a folha de pagamento, incluindo o gasto com os subsídios dos Vereadores atingir os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 25, publicada no Diário Oficial da União de 15/02/2000.

**Art. 7º.** Os recursos necessários à execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento do Município de Anchieta.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzidos seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

Anchieta-ES, 29 de setembro de 2008.

**EDIVAL JOSÉ PETRI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**LEI Nº 593, DE 25 DE JANEIRO DE 2010**

Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos do Município de Anchieta.

**O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;**

**Art. 1º** Determina a revisão geral anual dos vencimentos dos agentes públicos, administrativos ou políticos, do Município de Anchieta, em cumprimento ao inciso X do artigo 37 c/c § 4º do artigo 39 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Ficam reajustados em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento) os vencimentos dos agentes públicos municipais, como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2009.

**Art. 3º** Será, ainda, concedido aumento de 5,36 % (cinco vírgula trinta e seis por cento), sobre o vencimento base, aos seguintes servidores:

I – aos servidores públicos pertencentes às carreiras do Plano de Carreira previsto na Lei Municipal nº 9/1990;

II – aos servidores ocupantes do cargo de Assistente Categoria I, Referência CC16, previsto no Anexo VI da Lei nº 568/2009;

III – aos servidores contratados temporariamente, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, na função de Auxiliar de Segurança, Agente de Serviços Básicos e Auxiliar de Serviços Operacionais; e

IV – aos servidores pertencentes ao subgrupo A, do Grupo II, a que se refere o Anexo III da Lei Municipal nº 484/2007;

V – aos secretários escolares, pertencentes ao quadro administrativo, provisoriamente inseridos na Lei Municipal nº 427/2007, em seu anexo VI;

VI – os servidores ocupantes do cargo de Professor “A”, pertencente ao nível I, a que se refere o Anexo II da Lei Municipal nº 427/2007.

VII – *aos Agentes Comunitários de Segurança pertencentes ao Plano de Carreira previsto na Lei Municipal nº 482/2007;” (AC)*

Inciso incluído pela Lei nº 596/2010

**Art. 4º** Esta Lei terá seus efeitos retroagidos à data de 01/01/2010.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 25 DE JANEIRO DE 2010.

**Edival José Petri**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Anchieta.



**LEI Nº 679, DE 15 DE MARÇO DE 2011**

Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos do Município de Anchieta.

**O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo**, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;

**Art. 1º** Determina a revisão geral anual dos vencimentos dos agentes públicos, administrativos ou políticos, do Município de Anchieta, em cumprimento ao inciso X do artigo 37 c/c § 4º do artigo 39 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Ficam reajustados em 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) os vencimentos dos agentes públicos municipais, como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2010.

~~**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

**Art. 3º** *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2011. (Redação dada pela Lei nº. 693/2011)*

Anchieta/ES, 15 DE MARÇO DE 2011.

**PREFEITO MUNICIPAL**  
**Edival José Petri**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Anchieta.



**LEI Nº 765, DE 25 DE JANEIRO DE 2.012**

***Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos" do Município de Anchieta.***

**O Prefeito Municipal de Anchieta**, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;

**Art. 1º** Determina a revisão geral anual dos vencimentos dos agentes públicos, administrativos ou políticos, do Município de Anchieta, em cumprimento ao inciso X do artigo 37 c/c § 4º do artigo 39 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Ficam reajustados em 6,65% (seis virgula sessenta e cinco por cento) os vencimentos dos agentes públicos municipais, como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2011.

**Art. 3º** Esta Lei terá seus efeitos retroagidos à data de 01/01/2012.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 25 janeiro 2012.

**PREFEITO MUNICIPAL**  
**Edival José Petri**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Anchieta.



**LEI Nº 807, DE 24 DE JANEIRO DE 2013.**

Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos do Município de Anchieta.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;

**Art. 1º** Determina a revisão geral anual dos vencimentos dos agentes públicos, administrativos ou políticos, do Município de Anchieta, em cumprimento ao inciso X do artigo 37 c/c § 4º do artigo 39 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Ficam reajustados em 5,83% (cinco vírgula oitenta e três por cento) os vencimentos de todos os agentes públicos municipais, excluindo-se nesta norma àqueles políticos eletivos(Prefeito e Vice-prefeito), como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2012.

**Art. 3º** Será, ainda, concedido aumento de 4,17 % (quatro vírgula dezessete um por cento), sobre os vencimentos de todos os agentes públicos municipais, excluindo-se nesta norma àqueles políticos eletivos(Prefeito e Vice-prefeito) e aqueles detentores de cargos em comissão.

**Art. 4º** Esta Lei terá seus efeitos retroagidos à data de 01/01/2013.

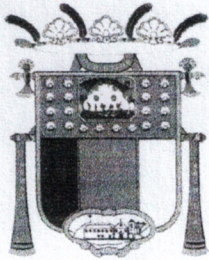
**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 24 de Janeiro de 2013.

**PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
**Marcus Vinicius Doelinger Assad**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Anchieta.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA DE ANCHIETA**  
CNPJ 27.142.694/0001-58

**LEI Nº 895, DE 27 DE JANEIRO DE 2014.**

*Substitui o Projeto de Lei nº 06/2014 que dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos do Município de Anchieta.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,** faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;

**Art. 1º.** Determina a revisão geral anual dos vencimentos de todos os servidores públicos do Executivo, da administração direta e indireta do Município de Anchieta/ES.

**Art. 2º.** Ficam reajustados em 5,91% (cinco vírgula noventa e um por cento) os vencimentos de todos os agentes públicos municipais, como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2013.

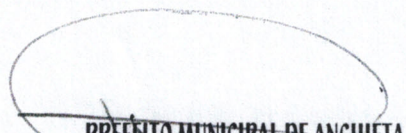
**Parágrafo Único.** Aos inativos e pensionistas vinculados ao IPASA, salvo os regidos pelo Art.15 da Lei Federal nº. 10.887/2004 será concedido o mesmo reajuste do caput deste artigo.

**Art. 3º.** O valor do menor vencimento a ser pago não poderá ser inferior a R\$ 724,00 (setecentos e vinte quatro reais).

**Art. 4º** Esta Lei terá seus efeitos retroagidos à data de 01/01/2014.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 27 de Janeiro de 2014.

  
**PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Marcus Vinicius Doelinger Assad